

ATA NÚMERO 22

Sessão Ordinária de 28 de junho de 2025

-----Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às nove horas, com a seguinte ORDEM DO DIA: -----

1. **Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento.-----
2. **Sétima alteração orçamental – Segunda alteração modificativa (Revisão) aos documentos previsionais do ano de 2025** - (Registo n.º 4960/2025/06/12).-----
3. **Alteração ao número máximo de unidades orgânicas flexíveis e de equipas multidisciplinares e reajustamentos ao Mapa de Pessoal de 2025** - (Registo n.º 4398/2025/06/88).-----
4. **Designação do Júri para os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento de cargos de direção intermédia de primeiro grau do Município de Amarante – Ano de 2025** – (Registo n.º 4346/2025/05/26).---
5. **Carta Municipal de Habitação do Município de Amarante** – (Registo n.º 1283/2025/03/14).-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da Silva Macedo, como primeiro secretário, e Sara Moreira Machado, como segunda secretária. -----

-----Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes membros: -----

-----Pedro Manuel Pinto Ribeiro, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Ercília Gonçalves Costa, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires Zoio, João Carlos dos Santos Leite, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Alexandra Pereira Dias Pinheiro, Liliana Cristina Pereira Ribeiro, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Sara Moreira Machado, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Carlos Alberto Freitas Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim

Magalhães Teixeira, Luís Filipe Miranda Pina de Almeida, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, José Luís Mesquita Peixoto, José Augusto Oliveira Araújo e Joaquim Augusto Teixeira. -----

----- Presidentes de Junta de Freguesia, ou seus/suas representantes: Ansiães – António Fonseca Brandão; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – Sandra Castro Fraga; Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gondar – Hugo Vaz; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Rebordelo – Luís Carlos da Costa Dinis; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Tânia Eugénia Moreira Magalhães; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Coelho; Vila Meã – Lino Manuel Macedo; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão – Américo Paulo da Silva Ribeiro; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Sara Mónica Seixas Gomes Leite; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – António Cândido Alves Pinheiro. -----

----- Pediram a substituição ou justificaram a respetiva falta, os/as senhores/as deputados/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto (substituída por Pedro Manuel Pinto Ribeiro), André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães (substituído por Maria Alexandra Pereira Dias Pinheiro), Carlos António da Silva Carvalho (substituído por Liliana Cristina Pereira Ribeiro), Simone Guedes de Oliveira, Inês Brochado Marinho Bastos Batista (substituída por Luís Filipe Miranda Pina de Almeida), Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos (substituída por José Luís Mesquita Peixoto) e os/as senhores/as presidentes de junta de: Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Monteiro; União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho;. -----

----- A Câmara Municipal fez-se representar pelo Senhor Presidente Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, e pelos/as senhores/as vereadores/as: Hugo Miguel Costa Carvalho, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Joana Rita de Sousa Covelo de Abreu e Carlos Manuel Azevedo Pereira. -----

-----Seguidamente, após verificação do quórum, pelas nove horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. ---

-----De imediato, procedeu-se ao ato de tomada de posse da senhora deputada Maria Alexandra Pereira Dias Pinheiro, em substituição de André da Silva e Ribeiro da Costa Magalhães.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, procedeu-se à apreciação e votação da ata n.º 21, respeitante à sessão ordinária de 23.04.2025, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pedido dispensa da sua leitura em voz alta, uma vez que a mesma foi previamente disponibilizada na plataforma informática. Não havendo inscrições para usar da palavra, procedeu-se à votação da ata n.º 21, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. Não participaram na votação, por estarem ausentes da sala: Torcato Fernando Carvalho Ferreira; Presidente da Junta de Freguesia de Fregim – Sandra Castro Fraga, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca – Fernando José Teixeira Cunha; e, por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação desta ata, por terem estado ausentes da respetiva sessão, os/as senhores/as membros: Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, José Joaquim Magalhães Teixeira, Maria Alexandra Pereira Dias Pinheiro, Luís Filipe Miranda Pina de Almeida, Luís Carlos da Costa Dinis – representante da Junta de Freguesia de Rebordelo e Tânia Eugénia Moreira Magalhães – representante da Junta de Freguesia de Telões. -----

-----De seguida, deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão, de acordo com a alínea b), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento.

-----Seguidamente, nos termos da alínea c), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da entrada na Mesa de um voto de pesar, subscrito por todos os Grupos Políticos Municipais e Grupo de Cidadãos Eleitores “Juntos Por Ansiões”, com o seguinte teor: -----

----- **“VOTO DE PESAR** -----

-----A Assembleia Municipal de Amarante, reunida em sessão ordinária, no dia 28 de junho de 2025, vem demonstrar o seu pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Fernando Peixoto Moreira, Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Caiz, ocorrido no passado dia 10 de junho de 2025, manifestando as sentidas condolências à família enlutada, aos amigos e a todos os que com ele partilharam a vida. --- -----

-----Além da altruísta participação na vida associativa da sua freguesia, ao longo dos anos, de onde foi exemplo o Rancho Folclórico de Vilarinho, o Senhor Joaquim Peixoto exerceu o cargo de Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Caiz, durante quase vinte anos.-----

-----O seu legado foi feito de ações concretas e silenciosas, de uma presença marcante nos momentos mais importantes da vida da sua freguesia e na vida de todos aqueles que com ele se cruzaram, sendo uma figura incontornável, respeitada e estimada. Um homem de trato fácil, conhecido pelo seu espírito solidário, disponibilidade constante para ajudar o próximo e contribuição incansável para o desenvolvimento da freguesia, de corpo e alma, com compromisso, integridade, humildade e simpatia, que ficará como legado para todos os que com ele privaram e nas ações que em vida promoveu.-----

-----Em sinal de respeito e homenagem, a Assembleia Municipal de Amarante delibera:-----

- Aprovar o presente "VOTO DE PESAR" pelo seu falecimento; -----
- Manifestar, à família enlutada, as mais sentidas condolências; -----
- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem. -----

----- O Grupo Municipal do PSD, -----

----- O Grupo Municipal do PS, -----

----- O Grupo Municipal do CDS/PP, -----

----- O Membro da Assembleia Independente." -----

-----Seguidamente, foi submetido à votação o voto de pesar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Estavam presentes sala 47 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal.-----

-----Após a votação, foi cumprido um minuto de silêncio. -----

-----De seguida, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (n.º 3, artigo 17.º do Regimento). -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**O Senhor deputado Carlos Alberto Miranda, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Quero começar esta intervenção por congratular a grande vitória que a AD - Coligação PSD-CDS, obteve em Amarante, nas últimas eleições legislativas, de 18 de maio, com uma vantagem substancial, face ao Partido Socialista, de mais de 13%. É a prova de que o povo amarantino acredita que o futuro de Portugal passa por esta coligação, por um governo de centro-direita, reformista, defensor da livre iniciativa

privada e que a criação de riqueza deve ser o motor da nossa economia, depois de alguns anos em que Portugal estava a caminhar para ser um dos países mais pobres da Europa, que todos devemos combater, no sentido que os portugueses possam viver melhor. A este respeito queria também destacar a eleição de uma amarantina, a deputada Ana Ferreira, aqui presente, para a Assembleia da República. Certamente que todos estaremos de acordo que é importante termos amarantinos no principal palco da política nacional, para que os interesses de Amarante e os anseios dos amarantinos possam ser ouvidos naquele órgão. Estendo os meus cumprimentos para outro amarantino, o deputado Jorge Pinto, também eleito para a Assembleia da República. Noutra âmbito, destaco alguns eventos que recentemente ocorreram em Amarante e que tiveram um impacto bastante positivo, começando pelas Festas do Junho, que, mais uma vez, correram bastante bem, sendo um momento de convívio dos amarantinos e de afirmação da nossa terra; o UVVA – Universo do Vinho Verde de Amarante, que mais uma vez se afirmou como um evento importante, não só para Amarante, mas também para toda a região, porque a produção de vinho verde e a sua comercialização são fundamentais para a nossa economia e naturalmente enaltecer a excelente organização. Por isso, acho que este tipo de eventos nos deve orgulhar a todos, e que cada vez mais possam contribuir para dinamizar a nossa terra. Neste segmento, referir um outro evento, o Alameda das Tílias em Festa 2025, que decorreu no Parque Florestal de Amarante, foi um evento positivo, onde se houve um convívio intergeracional, que combinou várias áreas, desde a cultura à educação e, naturalmente, contou com muita animação. Isto numa altura em que, como sabemos, há pouco tempo, tivemos uma decisão judicial, que condenou o ICNF a devolver o Parque Florestal ao Município. Naturalmente que aguardaremos os desenvolvimentos dessa decisão judicial, mas penso que agradará a todos amarantinos perceberem que pode haver aqui uma esperança de voltarmos a ter um parque florestal funcional e a servir os interesses da população. É também demonstrativo daquilo que foi o esforço que o Município fez nos últimos anos, no sentido de que este equipamento tão importante para a nossa cidade, pudesse voltar a estar ao serviço dos amarantinos. Deste modo, quero congratular o Município por esse esforço que veio fazendo nos últimos anos, aguardando-se os passos subsequentes. Todos estes eventos foram um sucesso que engrandecem Amarante, não só no contexto nacional, mas também internacional, que é motivo de orgulho e satisfação para todos nós. Antes de terminar, queria referir também aqui a recente inauguração do Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Meã, que representa um

investimento avultado, de cerca de 2,3M€, e que reforça o compromisso deste Município com a promoção do desporto e com aquilo que tem sido uma das grandes bandeiras da coligação Afirmar Amarante, que é a valorização das nossas freguesias, tratando-as por igual e realizando investimentos em todas elas. Acho que este investimento é a prova cabal de que isso tem sido feito e, portanto, um bem-haja ao Município por ter feito isso por Amarante.”-----

----- **A Senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu trago aqui algumas questões, uma que se prende com a habitação e duas que se prendem com a segurança rodoviária.-----

-----A Câmara Municipal instituiu o programa HabitAmarante e eu gostava de saber quantos imóveis a Câmara Municipal conseguiu para a bolsa definida no âmbito deste programa, a nível do arrendamento acessível.-----

-----Relativamente à segurança rodoviária, trago aqui uma questão que é bastante grave, porque tem resultado em muitos acidentes, que é a saída da A4, quem vai para o Marco de canaveses, na rua das Carvalhinhas, perto do restaurante Quinta Encostas do Formão. A visibilidade é nula, as pessoas invertem o sentido de marcha, vão em frente e ocorrem lá muitos acidentes. O último foi no domingo, com um ciclista, que foi bastante grave.-----

-----No primeiro mandato do Dr. José Luís Gaspar, de 2013-2017, penso que, no programa eleitoral, referia o projeto de uma rotunda para aquele local, que estava a ser elaborado internamente pelos serviços municipais. Ora, penso que esse projeto terá ficado na gaveta, mas era uma prioridade para os amarantinos e para quem cá vem, terem ali realmente segurança total para poderem transitar sem haver o risco de atropelamentos e da segurança dos próprios condutores. Por isso, Senhor Presidente da Câmara, penso que este não será o momento indicado para a fazer, mas fica aqui a minha recomendação, de que é urgente fazer-se aquela rotunda, na saída da autoestrada, no sentido do Marco de Canaveses. Outra questão que eu trago aqui, que também me parece muito pertinente - e sei que não é da sua responsabilidade, mas que vai ser competência do presidente que for eleito -, a mesma questão, em relação à saída do hospital de Amarante. É uma aventura, para quem vai ao hospital de Amarante e tem que regressar, meter-se na variante. O acesso é muito reduzido e deveria haver ali uma faixa de aceleração. Por isso, era adquirir ou eventualmente expropriar alguns terrenos para criar uma faixa de aceleração que permitisse entrar um pouco mais à frente e, assim, garantia-se a

segurança de quem circula na estrada. Depois, trago aqui novamente um assunto, de uma escultura muito grande, que esteve colocada na rotunda do Colégio. E, mais uma vez, pergunto o que é feito dela, se continua nos armazéns municipais e qual é o seu estado? Porque se, efetivamente, aquilo for para ficar assim, então transforme-se a rotunda. Penso que, desde que se tirou aquela escultura, aquilo não é nada; é um espaço que tem uma plataforma, podemos até aproveitar, agora, para as festas, pôr lá um elemento a cantar, ou o que quer que fosse. O que eu estou a dizer é que aquela rotunda, desde que lhe tiraram a escultura, não mudou rigorosamente nada. Agora vão-me dizer: - *estamos a pensar numa nova escultura*. A minha questão agora é: em que estado se encontra a escultura que foi retirada dali e se continua nos armazéns municipais, totalmente abandonada? Porque a conversa é esta: - *um dia ela vai ter um espacinho onde vai ser colocada*. Mas o dia está a ser muito adiado, por isso acho que é hora de dignificar uma obra de arte, goste-se ou não se goste, é arte, mesmo que não agrade a todos; mal seria se assim fosse. Onde é que vão colocar essa escultura, que não foi propriamente muito barata?"-----

----- **O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Trago um conjunto de questões, que são importantes para o nosso dia-a-dia e a nossa vida. Começo pelos contentores de resíduos de obra e dos «verdes». Sabemos que a Câmara Municipal adquiriu um conjunto de contentores – e isso foi aqui referido -, que estiveram perto da Escola Amadeo de Souza-Cardoso, para depois serem colocados nas freguesias. Mas, pelo que sabemos, alguns ainda não foram distribuídos. Pretendo perceber como é que está a ser feita essa monitorização e se já foram celebrados os protocolos com as juntas de freguesia, para serem colocados em terrenos destinados para o efeito, porque são muito importantes; principalmente, nos dias de hoje, com a questão ambiental, mas também para prevenir algumas situações, por exemplo, os verdes irem para aterro sanitário, que é um desperdício de dinheiro. Estamos a falar de uma distribuição que já podia ter sido feita, pelo menos, há um ano. Um colega já falou aqui da questão do Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Meã, com o qual também nos congratulamos. É importante que haja esses equipamentos distribuídos pelo concelho, só que, quando se faz um equipamento desses é para usufruto das pessoas. Sabemos que foi uma obra inaugurada, há um mês, mas também sabemos que ainda não está aberto ao público. Portanto, queríamos saber quando e como é que vai ser usado, porque os vilameanenses necessitam ter o equipamento disponível. Isto à semelhança do Solar

dos Magalhães, que foi feito e depois esteve muito tempo sem utilização nenhuma. Portanto, é bom que se façam as coisas, mas depois de se fazerem, que sejam usadas pelos munícipes, que é para isso que servem os equipamentos públicos e não apenas para ter bibelôs. Era importante saber quando é que está pronto a ser utilizado, como é que vai ser utilizado e qual o modelo de funcionamento desse pavilhão. E por falar em pavilhões, também falo do pavilhão da Escola Amadeo de Souza-Cardoso, que, na altura, tinha um projeto para um equipamento de maior dimensão, mas fez-se aquele pavilhão; só que esse já tem algumas fragilidades, designadamente a iluminação interna, principalmente na parte central do equipamento. Seria importante a sua resolução, que já foi aqui alertada antes, para se poder praticar desporto condignamente, principalmente à noite, visto que não há luz natural e, portanto, é importante que essa iluminação central do pavilhão seja reparada. Questiono para quando a reparação e se podemos usar esse equipamento o quanto antes? - -----

-----A minha colega de bancada, Ercília Costa, falou aqui da questão da prevenção rodoviária, que é fundamental, mas trago também o assunto das passadeiras na ex-EN15, as suas marcações e a sua iluminação, que já foi aqui alertado, por diversas vezes. Foram feitas algumas passadeiras, mas a iluminação das mesmas é parca, aumentando o perigo, principalmente à noite e quando os carros circulam com mais velocidade. Se, às vezes, nos devemos importar com os bons modelos, eu convido o Senhor Presidente da Câmara a visitar Vila Real, para perceber do que é que estamos a falar, em termos de iluminação de passadeiras e da sua sinalização. Continuando na prevenção rodoviária e conjugando com os equipamentos, nós temos a ecopista, que agora está minimamente limpa. Contudo, desde os incêndios, em que arderam as proteções das laterais, seria importante que as mesmas fossem recuperadas, em madeira ou outro material, até porque também os ciclistas ali circulam com alguma intensidade, digamos assim. Era importante que essas proteções laterais estivessem colocadas, para prevenir eventuais despistes ou acidentes nessa pista. Isto vai de encontro à situação dos equipamentos - este foi um equipamento deslumbrante, ao vermos a antiga linha do Tâmega, até Celorico de Basto, pelo menos, no que nos diz respeito -, é importante ter sempre uma boa manutenção dos mesmos para as pessoas poderem usufruir do espaço com segurança e, portanto, deixo este alerta. A questão da cultura, que aqui falou o colega deputado do PSD, ela é essencial, mas também é essencial nas freguesias. Eu lembro que os vereadores do Partido Socialista propuseram, em boa-hora, esta

medida de dar um apoio substantivo à cultura em todas as freguesias, sendo depois feita uma reanálise. Este apoio seria para pagar em duas tranches, uma de adiantamento e outra após a conclusão. O que é certo é que estamos em julho e as juntas de freguesia, certamente já entregaram os seus relatórios de atividade, porque queriam ver esse financiamento, mas, pelo conhecimento que temos, esse pagamento ainda não foi feito. É importante terem já esse reforço financeiro, para poderem desenvolver outras atividades e, portanto, perguntamos, qual é o ponto de situação e se houve algumas que receberam e outras que não receberam? Como sabem, sempre defendemos aqui que as juntas de freguesia devem ter mais reforço financeiro. Aliás, temos proposto isso diversas vezes e, em boa-hora, foi acolhida esta proposta dos vereadores do Partido Socialista. Mas gostávamos que se materializasse financeiramente.” -----

-----**O Senhor Presidente da Junta de Ansiães, António Brandão, único representante do Grupo de Cidadãos Eleitores “Juntos por Ansiães”, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Coloco uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente às delimitações da área de prevenção e segurança dos fogos rurais. Aproxima-se o período de perigosidade máxima e nós, em janeiro desde ano, fomos convidados pelo então Presidente da Câmara, Dr. José Luís Gaspar, para vir aqui, onde nos transmitiu a preocupação dele e do executivo, porque, na altura, devido à suspensão da carta de perigosidade nacional, tinha sido criada uma nova metodologia pelas comissões sub-regionais de gestão de fogos integrados rurais. Tinha havido várias reuniões técnicas, para definição dos ajustes das áreas e estabelecimento de classe das APPS (áreas de intervenção e áreas prioritárias de prevenção e segurança), entre a Câmara Municipal, a CIM-TS e a AGIF, e não tinham acatado qualquer sugestão do Município de Amarante, o que significava que, a ser aprovado como estava, podemos ter muitas dificuldades de mobilidade nas freguesias rurais, nomeadamente, nos núcleos populacionais mais afastados. Isto significa que, por exemplo, os nossos emigrantes que aí estão a chegar, se quiserem ir a uma festa, ou convidar amigos, não residentes, a ir a uma festa à Póvoa, em Ansiães, poderá, havendo a situação de risco muito elevado de incêndio, ser barrada a estrada e não os deixarem deslocar-se até às suas localidades. Isto preocupa-nos, pelo que decidimos, a nível das freguesias da margem esquerda, fazer também uma exposição ao senhor Dr. Telmo Pinto, primeiro secretário da CIM-TS, mas não tivemos resposta. Tanto quanto sei, parece que estas áreas já foram decididas. A minha pergunta é simples, é no sentido

de saber se foram tidas em consideração algumas recomendações da Câmara Municipal, ou se, pura e simplesmente, nos dias de elevado risco de incêndio, as pessoas não podem circular entre estas localidades rurais e se vão ser barrados, ou os seus familiares e amigos que as queiram ir visitar?" -----

----- **O Senhor Presidente da Junta de Gondar, Hugo Vaz, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Respondendo ao Senhor deputado Carlos Miranda, acho que também era bonito ver a história e temos que perceber que foi o Dr. António Costa que deu cumprimento sistemático das metas orçamentais e tivemos o primeiro excedente orçamental da nossa democracia; reforçámos a nossa credibilidade junto da Comissão Europeia e da agência de rating; tivemos uma queda significativa da dívida pública e do PIB, de 103 para 105%; tivemos a estabilização do serviço da dívida, por via dos juros baixos; tivemos o crescimento do PIB acima da média europeia, nos anos pré-pandemia e com uma recuperação robusta pós-pandemia, de 6,8%, em 2022; tivemos um aumento progressivo do salário mínimo, de 552€ para 820€, em 2024; tivemos, através da criação de emprego, a queda da taxa de desemprego, de 12% para 6%, com incentivo à contratação jovem, programas de estágio e inserção profissional e na valorização do trabalho; tivemos o descongelamento das carreiras na função pública (falando por mim, não era aumentado há 17 anos); a reposição dos feriados retirados e a eliminação dos cortes salariais, aplicados no tempo da troika; na segurança social, a sustentabilidade reforçada do sistema, com aumento das contribuições, reformulação das pensões mínimas e apoio dos pensionistas com baixos rendimentos; na legislação laboral, reversão parcial das medidas da troika com o combate à precariedade e limitação de contratos a prazo e com o reforço da ACT; no SNS houve um reforço orçamental histórico, sobretudo pós-covid, com um aumento de 800M€; na pandemia do COVID-19, houve uma campanha de vacinações exemplar, que Portugal liderou, no ranking mundial; na criação da estrutura, autonomia e condições de gestão do SNS; criação da direção executiva do SNS; criação da «TeleSaúde» e na digitalização dos registos clínicos. Por exemplo, Gondar tem o balcão SNS24 e penso que será a única freguesia, aqui à volta, e não estou a falar só de Amarante; a redução do número de alunos por turma, criação dos manuais escolares no programa escola digital para combater a exclusão durante a pandemia; a redução das propinas, em universidades e politécnicos; o reforço das bolsas de estudo e melhorias no acesso ao alojamento universitário com novos investimentos; descongelamento parcial do tempo de serviço

dos professores, reforço da formação contínua; lançamento do primeiro direito, da estratégia nacional de habitação, apoio extraordinário à renda 2023/24, reforço do programa «Porta65» para jovens; aumento real do RSI; complemento solidário para idosos; medidas fiscais de proteção dos mais vulneráveis; reforço do investimento em creches e lares de idosos, com gratuidade das creches e implementação do programa «Pares III», com financiamento europeu; Portugal atingiu uma produção acima de 60% das energias renováveis, com o encerramento das centrais a carvão, a de Sines e a do Pego; o plano nacional de energia e clima 2020/2030; apoio aos incentivos de compras de veículos elétricos e carregadores; apoio à preservação da natureza da floresta; aumento da autonomia do Ministério Público; a criação de juízes especializados em violência doméstica, execução, propriedade industrial; reforço de financiamento da PJ e criação de mecanismos legais no regime de prevenção da corrupção; reposição de rendimentos de carreiras da Justiça; o programa «Simplex», para simplificação administrativa e digitalização dos serviços públicos; tivemos a presidência da União Europeia, em que demos protagonismo na negociação do plano de recuperação europeu; tivemos um aumento de investimento estrangeiro direto, o reforço da diplomacia económica, o apoio aos países lusófonos; um aumento do investimento público e privado na investigação e desenvolvimento; criação do programa emprego científico, para fixar investigadores; apoio a *startups* e tecnológicas, com Lisboa, Porto e Braga; o programa «Portugal digital» e a estratégia nacional de inteligência artificial; digitalização da justiça, educação, finanças, saúde; reforço da literacia digital em escolas e populações mais velhas. Portanto, independentemente dos casos que levaram à saída do Dr. António Costa, este foi o legado que ele deixou.»-----

-----**O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Desculpem-me, mas, com simpatia, tenho que dizer isto. Estou satisfeito e acho que vocês, senhores deputados do Partido Socialista, também estão, pelo facto de, pelo menos, em Amarante, não passarem a ser a terceira força política. Eu estou satisfeito e acho que os senhores também devem estar, sinceramente; vocês sabem, porque é que eu digo isto. Depois, quero dizer que subscrevo na íntegra o que disse a Senhora deputada Ercília Costa, com todas as questões que aqui levantou. Mas observo que, por exemplo, sobre a saída da A4, local que conheço bem, porque passo lá muitas vezes, há necessidade de fazer uma rotunda. Mas, a rotunda já devia ter sido reclamada quando aquela saída foi feita e já na altura se falou disso. Na altura,

a Câmara Municipal, liderada pelo Partido Socialista, não conseguiu que a mesma fosse feita e agora vamos ser nós a fazê-la. Eventualmente, naquele tempo, seria a Infraestruturas de Portugal, ou outra entidade do género, que devia fazer a obra, a expensas suas, mas, agora, vai ter que ser a Câmara Municipal a fazê-lo, por conta do seu erário. Realmente, é uma necessidade, não está em causa, mas, lá está, estamos a fazer coisas que já deviam ter sido feitas há muito tempo. Quanto à rotunda na Avenida 1.º de Maio, senhora deputada, também subscrevo que correu mal aquilo da estátua. Eu por acaso até gostava, mas os gostos são o que são. Quem vai a Penafiel e vê uma pedras em cima das outras?! Lá está! Portanto, isso de estátuas, gostos e arte é tudo muito subjetivo. Mas, em termos de opinião geral, parece que não correu bem, acredito que sim. Mas, o essencial, senhora deputada, é a rotunda, que facilita muito a vida às pessoas e aos condutores que diariamente ali passam, como a senhora sabe, com certeza, e não contesta. E, que eu saiba, uma rotunda para funcionar bem, não precisa de ter uma estátua em cima. A estátua é uma coisa e a eficácia e estabilidade da rotunda é outra. E é essa eficácia e estabilidade que eu venho aqui realçar, porque, antes, eu lembro-me bem, para a Câmara Municipal, na governação do Partido Socialista, era a rotunda impossível. Mas foi possível fazer a rotunda, isso é que é o essencial. A rotunda é útil, é eficaz e facilita a vida das pessoas. Com certeza que a Câmara Municipal sabe onde está a estátua e há de responder a isso. Sobre o Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Meã, também subscrevo da mesma preocupação, deve ter um funcionário e deve servir as pessoas de Vila Meã, acho muito bem. Mas, lá está, é mais uma coisa que nós fizemos porque antes não fizeram. E eu lembro-me bem, salvo erro, em 2005, o Partido Socialista de Amarante punha no programa eleitoral que ia fazer o pavilhão de Vila Meã. Eu até tenho ali o programa, para o caso de os senhores terem dúvidas e quiserem ver. Em 2009, «o PS vai fazer o pavilhão de Vila Meã». Não sei se foi em 2005, ou em 2009, até puseram um *outdoor*, com uma grande fotografia do pavilhão. Naquela altura, ainda não havia a inteligência artificial, mas havia qualquer coisa do género, na campanha eleitoral, lá estava o pavilhão de Vila Meã. Mas, quem fez o pavilhão de Vila Meã, fomos nós, e bem. Agora, espero que sirva adequadamente as pessoas de Vila Meã. Também subscrevo as palavras sobre o pavilhão da Escola Amadeo de Souza-Cardoso. Se tem um problema, deve ser reparado, mas, lá está, não tinha sido feito, aquando da construção da Escola. E quem o devia fazer era o Governo e não o Município, mas este assumiu a sua construção, porque era necessário. Agora, naturalmente, é preciso reparar. Relativamente à segurança

rodoviária, o senhor deputado Cândido Zoio veio aqui dar o exemplo da Câmara Municipal de Vila Real. “É sempre tudo melhor que Amarante!” Mas, para mim, o melhor é em Amarante. E defendo Amarante em todo o lado, a começar por aqui. Os outros podem ter coisas boas, mas, para mim, não são melhores do que as de Amarante. Vila Real também tem algumas coisas más, como se viu agora com o novo ordenamento que deram ao trânsito, fazendo andar ali às voltas para se ir para o lado de cima. Para mim, segurança rodoviária, sinais horizontais, sim, é preciso fazer isso tudo, mas não dêmos apenas exemplos de outros municípios socialistas, porque eu nunca ouvi aqui o senhor deputado dar um exemplo que não fosse de um município do Partido Socialista. O senhor deputado pode fazer como entender, naturalmente, mas vamos cingir-nos a Amarante e resolver os nossos problemas dentro das nossas capacidades, que são muitas, com certeza. Depois, o Senhor presidente Hugo Vaz, veio aqui ler o programa nacional do Partido Socialista, que agradecemos. Certamente que o Senhor Dr. António Costa gostaria de fazer tudo o que o senhor disse, mas não fez, senhor de deputado. A verdade é que não fez e o povo português penalizou os governos do Dr. António Costa, mais que o anterior Secretário-Geral do Partido Socialista, nas últimas eleições. O povo português sabia o que é que os governos de António Costa prometeram e não fizeram. E há uma coisa mais importante, este tipo de narrativa, no meu entender, tem levado o Partido Socialista para onde levou. Se continuarem com esta narrativa, na minha opinião, não é muito bom para o Partido Socialista. O Senhor Dr. António Costa, em Portugal, o que fez foi levar a que Portugal se aproximasse mais de ser o país mais pobre da União Europeia. Apesar disso, o Senhor Dr. António Costa está bem, não se preocupe com ele, que foi premiado e está num bom cargo, e ainda bem para Portugal, porque ele é o Presidente do Conselho Europeu.” -----

-----**O Senhor deputado Carlos Alberto Miranda, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Para responder àquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, Hugo Vaz. A minha intervenção limitou-se a congratular a AD - Coligação PSD-CDS pela vitória e reforçar que esse resultado demonstra que os amarantinos entendem que o caminho é realmente uma maioria reformista de centro-direita, que faça as reformas estruturais de que o país necessita. Mas, já que trouxe esta questão à colação, permita-me dizer que a mim, como português, me envergonha e penso que deveria envergonhar todos os portugueses, que, no final do Governo de António Costa, Portugal tenha sido ultrapassado em PIB *per-capita*, em

rendimento, por países que, ainda há poucos anos, ou há poucas décadas, faziam parte da antiga União Soviética, como a Eslováquia, a Eslovénia e a Roménia. Como é possível que os governos do Partido Socialista tenham conduzido, digamos assim, Portugal a este ponto? Portanto, era simplesmente para dizer isso. E, quanto ao resto, com certeza que podemos falar noutros fóruns sobre essas questões que colocou. Mas foi isso que eu me limitei a dizer e é isso que me deixa insatisfeito e que acho que deve deixar insatisfeitos, não só os amarantinos, como todos os portugueses.” -

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, Filipe Carvalho, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:

-----"Em primeiro lugar, dizer que, realmente, é bom ter dois deputados na Assembleia da República, sejam eles do Partido Socialista ou de outro partido, neste caso, uma do PSD e outro do LIVRE. Portanto, congratulo-me que haja gente de Amarante que nos represente no Parlamento e, por isso, os meus parabéns a quem nos está lá a representar. Em segundo lugar, queria deixar duas perguntas ao senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a minha Freguesia da Lomba. Desde já, quero agradecer-lhe todo o esforço, toda a dedicação e todo o empenho que tem tido, em relação a algumas coisas que se passam na Lomba e que quando eu tenho a oportunidade de lhe dirigir a palavra, o senhor tem sido sempre cordial, não podendo, às vezes, ter uma reunião, mas tem sido sempre cordial e isso apraz-me dizê-lo aqui. Dizer-lhe que a obra da rua da Teixeira está terminada, segundo informação do Senhor Presidente, e eu queria deixar aqui duas questões: em primeiro lugar, dizer-lhe que a obra demorou algum tempo. As pessoas, ou seja, os lombenses tiveram mesmo muita paciência e acho que devia haver, por parte da Câmara Municipal, uma maior fiscalização da obra. Queria-lhe dizer também que, em relação à vedação que colocaram, de rede, não conheço o caderno de encargos, mas acho que devia ser feita ali uma intervenção para maior segurança, não só dos moradores, mas também das pessoas que lá passam de carro. E depois queria-lhe deixar outras duas questões. A primeira, em relação às lombas, é uma necessidade da Lomba, que já não é do meu tempo, já é de há doze anos. Tenho vindo a debater isso com o Senhor Presidente da Câmara Municipal e queria que o senhor nos desse essa prenda, antes de o mandato terminar. Por fim, dizer ao Senhor deputado António Araújo, que, às vezes, as obras, sejam do PSD, sejam do PS, nem sempre são concluídas. O Senhor José Luís Gaspar, anterior Presidente da Câmara, no último comício, na Lomba, deu um esquiço ao anterior Presidente da Junta; o anterior Senhor Presidente da Junta, andou com um projeto do centro escolar e o centro escolar não está feito. Não é

porque a Câmara Municipal não o queira, é porque não pôde e, portanto, isto às vezes também tem de ser dito. A Câmara Municipal não o pôde fazer, porque não veio a verba e, por isso, ainda não está feito. Oxalá que seja feito o mais rápido possível.” -----

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, Hugo Vaz, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Pretendo perguntar ao Senhor deputado Carlos Miranda em que lugares estão esses países, na mortalidade infantil? Diga-me em que lugar estão esses países, na segurança? Portugal está em sétimo lugar, em todo o mundo. Duvido que esses países estejam à frente de Portugal. E, só para terminar, não se esqueça que os votos nas legislativas nada querem dizer, basta ver os votos nas autárquicas. Um voto na junta é diferente, e ganha um; um voto na Assembleia Municipal, ganha outro; e um voto na Câmara Municipal, ganha outro. Portanto, não pode tirar ilações políticas sobre essa situação, até porque perderam cá, em duas freguesias. E uma em que, historicamente, ganhavam sempre para as autárquicas. Nada tem a ver uma coisa com a outra.” -----

----- **A Senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Quero dizer ao Senhor deputado António Araújo que, realmente, não faço de conta, porque a ideia é, *faça-se de conta que está lá a rotunda e ela foi feita para servir e fluir o trânsito*, etc. E então, vou fazer de conta que aquela rotunda nunca esteve lá! Bom, o Senhor deputado António Araújo veio aqui dizer que devíamos ter dito que aquela rotunda resolveu o problema do trânsito. E faça-se de conta que não é nada importante o ter estado lá uma escultura, porque não é relevante. Faça-se de conta que nunca lá esteve. Mas eu não faço de conta, quero saber – acho que foram 80.000€ - o que se passa com essa escultura? É um dever eu ter essa informação.”

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Começo por responder às perguntas que foram colocadas e agradecer, desde logo, a intervenção do Senhor deputado Carlos Miranda, ao assinalar aquilo que de bom temos em Amarante, que também me apraz registar. Depois, respondendo à Senhora deputada Ercília Costa, relativamente ao programa Habit’Amarante, dizer-lhe que, efetivamente – e acho que admitimos isto desde o início, que era efetivamente difícil, no momento em que atravessamos - já tivemos alguém a colocar o seu imóvel neste programa. Se me perguntar se acho isso muito

significativo, acho que não é. Mas, uma que seja, às tantas, já é alguma coisa. Pelo menos, é mais uma casa. Relativamente à saída da A4, em direção ao Marco de Canaveses, acho que todos concordamos com o que aqui já foi dito. Efetivamente, fez-se um projeto e, há pouco tempo, segundo as informações que tive dos serviços, foi de que não foi aceite pelo IP, devido à inclinação daquela rua que vem ligar à rotunda, mas é uma necessidade, nisso estamos todos de acordo. Assim como estamos também todos de acordo que o acesso ao hospital, que, não querendo dizer que não tem pés nem cabeça, deixa muito a desejar. Quer para quem sai do hospital, que não tem ali uma rotunda, quer os acessos de Vila Garcia, que tem uma faixa de aceleração muito curta. Um dia terá de ser resolvido, ainda que seja com os meios do Município, em acordo com o IP, mas vamos ter de assumir esta obra. Relativamente à rotunda do Colégio, neste momento, está um procedimento a decorrer para contratar uns painéis de azulejo que foram concebidos pelo Professor António Cardoso, para um mural, que vai ficar no muro de betão ali existente. No seguimento disso, será feito o arranjo da rotunda, que vai condizer esteticamente com o mural, e também uma floreira. Quanto à estátua, ela está guardada, como fora dito aqui pelo anterior Presidente de Câmara. Em tempos, houve a intenção de a colocar na Fábrica das Artes, mas poderá ser colocada em outro local, porque temos vários sítios que conferem dignidade àquela obra de arte. Também quero referir que, embora não me recorde do valor preciso, a estátua não custou 80.000€, mas à volta de 30.000€, valor que poderemos confirmar posteriormente. Quanto às questões colocadas pelo Senhor deputado Cândido Zoio, relativamente aos contentores de resíduos verdes, há várias freguesias que já têm esse equipamento, isto é, em terrenos que foram vedados e ali foram construídas plataformas para os colocar. Estou-me a lembrar de Fregim, Vila Garcia, Ansiães e Vila Caiz. Está a decorrer um procedimento para colocar um contentor em Vila Chã do Marão, onde foi adquirido um terreno, recentemente. Portanto, estão instalados sete ou oito. Em alguns sítios ainda não foi possível arranjar terreno. Estou-me a lembrar de Olo e Canadelo, onde não foi possível concluir um acordo com os baldios, embora me pareça que agora há essa disponibilidade. Em várias freguesias o terreno foi cedido. Se me perguntar se está a funcionar em pleno? Acho que temos mais a fazer para retirar benefícios, desde logo, para os munícipes, mas também para o Município, evitando-se a deposição em aterro. Agora estamos a fazer um investimento, mas, a médio ou longo prazo, iremos obter ganhos e garantir um ambiente melhor. Relativamente a outras questões que foram colocadas, nomeadamente, as passagens para peões, os

pavilhões de Vila Meã e da Escola Amadeo de Souza-Cardoso, o primeiro vai entrar em funcionamento, numa parceria com o Atlético Clube de Vila Meã, que o vai utilizar em alguns períodos e gerir a utilização pela comunidade, como não podia deixar de ser, decorreu um procedimento para recrutamento de trabalhadores, que já terão iniciado o seu funcionamento. Considero que a curto prazo, estarão reunidas as condições para ser utilizado e bem utilizado, quer pelas pessoas de Vila Meã, quer pelas pessoas de outras freguesias. Quanto à ecopista, decorrente de um incêndio rural e por via de uma candidatura aprovada, já foi efetuado procedimento, estando previsto para breve a substituição das proteções laterais. Relativamente ao pagamento dos apoios às juntas de freguesia, no âmbito da cultura, deixem-me dizer-lhes que, por vezes, acontecem situações desagradáveis. Não quero atribuir culpas aos serviços, mas depois de um orçamento aprovado, depois de termos as verbas cabimentadas, verificaram coisas no sistema que podem não estar a funcionar bem. Não tenho aqui os dados, mas algumas juntas de freguesia já devem ter recebido. Se não receberam, é porque alguma coisa no circuito não funcionou. As juntas de freguesia enviam o respetivo programa de atividades para o serviço competente, que os valida e envia para pagamento. Felizmente, não é por razões de tesouraria, nem mesmo aquele aumento de 2.500€, passando de 5.000€ para 7.500€, com a faculdade de utilizarem os 2.500€ adicionais em obras. Portanto, vou averiguar, mas não vejo motivo para não ser pago. Quanto às passeiras e à iluminação, temos neste momento a decorrer uma prestação de serviços de pinturas das passeiras, em vários locais do concelho. Portanto, dentro em breve, haverá algumas melhorias. Quanto à questão levantada pelo Senhor António Brandão, Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, relativamente às APPS, ontem mesmo, combinei com a Senhora Eng.^a Mafalda, Chefe do Gabinete Técnico Florestal, para fazermos outra reunião. Efetivamente, depois da reunião que houve, algumas alterações foram atendidas no documento final e, portanto, vamos chamá-los para terem pleno conhecimento daquilo que foi aprovado. Sobre as questões do Senhor Presidente da Junta de Freguesias de Gondar, Hugo Vaz, diria que acho que o *ChatGPT* funciona bem, mas não quero fazer comentários. No que respeita à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, em primeiro lugar, agradecer-lhe as suas palavras. Quanto à rua de Teixeira, dizer-lhe que não foi um atraso qualquer, foi efetivamente um grande atraso. Aliás, deixe-me também dizer-lhe e assumir que há outras obras que esta empresa nos está a fazer, onde temos o mesmo problema, com constantes atrasos. A vedação foi uma exigência da

proprietária, mas poderemos avaliar a questão e ver se está em falta mais alguma coisa. Relativamente às lombas do cruzamento da pastelaria Grão Negro, já foi lançado concurso, portanto, diria que, possivelmente, em setembro, o assunto ficará resolvido.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O Senhor António Adelino, que proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Recordam-se daquela reunião, ainda no tempo do Dr. José Luís Gaspar, em que eu falei do valor da ponte de arame, cujo painel informativo dizia que a obra ficou por trezentos e vinte e quatro mil e tal euros, tendo uma comparticipação de fundos comunitários de 12.176€? Eu até disse ao Senhor Presidente que achava estranho, porque a gente sabe que são a fundo perdido, ou, no mínimo, acima de 75%. Tem lá um outro quadro, que diz que a obra foi financiada, na totalidade, pelo EEC PROVERE – Projectos Âncora, do Programa Operacional Regional do Norte. Passou um ano, está uma obra espetacular, mas o seu a seu dono. Isto induz as pessoas a pensar que o encargo restante foi repartido entre os municípios de Amarante e Celorico de Basto. Relativamente a um assunto que falei na última sessão deste órgão, em que eu dei um exemplo, na rubrica da urbanização e habitação, que era cerca de 3,5M€, diziam que correspondia a 10% do orçamento. Ora, se correspondesse a 10% do orçamento, este devia ser de 30M€. Mas, acho que o orçamento é de 103M€. Quem fez esta intervenção foi o Senhor deputado Cândido Zoio e, por isso, era altura de explicar a questão, porque se o orçamento é de 103M€, 30M€ não corresponde a 10%, mas a 30%, talvez. Ou então é uma gralha na ata, penso que na página trinta e quatro, da sessão de dezembro de 2024. -----

----- Agora, duas questões: qual o ponto de situação da Pousada do Marão e dos ordenados em atraso dos trabalhadores da Orquestra do Norte?” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Senhor António Adelino, relativamente à ponte de arame, quero dizer-lhe que foi uma obra assumida pelos municípios de Amarante e Celorico de Basto, em partes iguais. Numa primeira fase, foi feita uma candidatura, que viria a ter um apoio de cerca de 13.000€, mas, mais tarde, através de *overbooking*, conseguimos o financiamento na totalidade. Efetivamente, ainda lá está a placa inicial, porque é obrigatório mantê-la por um determinado prazo. Relativamente à questão da Orquestra do Norte, efetivamente, nesta altura, conseguimos ultrapassar uma

dificuldade, que se prendia com seis meses de salários em atraso. Neste momento, só está em atraso, referente ao salário do mês de maio, que será regularizado, na próxima semana. Volto a dizer que acho que a Orquestra do Norte tem de ser um projeto da região, mas acho que só Amarante e Guimarães é que têm cumprido essa parceria, considerando-o uma mais-valia. O Município de Amarante tem contratualizado serviços, entre os 75.000€ e os 80.000€, e Guimarães, cerca de 30.000€. Depois, há um ou outro município, com 10.000€, 8.000€, etc. Mas, efetivamente, não tem havido compromisso de alguns municípios da região com este projeto. A sua denominação é Orquestra do Norte, cujo objetivo era representar toda a região. A certa altura, confesso, cheguei a temer não conseguir ultrapassar estas dificuldades. Tivemos financiamento até dezembro de 2024 e as candidaturas para 2025 só abriram em abril, tendo a nossa já sido aprovada. Foram realizadas três reuniões da Assembleia-Geral e várias outras reuniões, mas, é um desencanto ver que alguns municípios quase se esqueciam que existia a Orquestra do Norte e outros que achavam que já não eram associados. Foi aprovada uma proposta de os municípios assumirem uma quota de 6.000€, que, no fundo, corresponde ao custo de um concerto. Tivemos um apoio essencial, quer da Secretaria de Estado da Cultura, quer da Direção-Geral das Artes, que abreviou a aprovação da candidatura aos apoios deste ano. Agora, espero que este trabalho continue a dar resultados e que haja mais compromisso por parte de outros municípios. Portanto, felizmente, as coisas estão a evoluir e as dificuldades a ser ultrapassadas. No que respeita à Pousada do Marão, até temos aqui uma pessoa que sentiu isso na pele, que é o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ansiães, que era lá trabalhador, o empreendimento é de um particular, está fechada, lamentavelmente, mas não posso dizer mais que isto. Era um símbolo da região, com um peso histórico. Ainda há pouco tempo tivemos uma reunião com um investidor, que está interessado em adquiri-la, fizemos a ponte com o proprietário, esperando que venha a ter um desfecho positivo. Quanto à questão da rubrica da habitação e a sua percentagem no orçamento municipal, os 30M€ referidos dizem respeito ao valor total das candidaturas que o Município fez, para a construção e reabilitação de habitações. Ou seja, o Município submeteu candidaturas de cerca de 30M€ e obteve um financiamento de 13M€." ---

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação.-----

-----Lembrou que a todos os pontos se aplicam os tempos da grelha B do

Regimento. -----

1. Relatório de atividades e situação financeira do Município – Para conhecimento; -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **A Senhora deputada Ana Margarida Carvalho, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Após uma breve análise do relatório, concluímos que se mantém a estabilidade do Município. No entanto, não podemos limitar-nos a esta constatação e é fundamental olhar com atenção para este documento e questionar o que realmente tem impacto real na vida dos amarantinos. É importante reforçar que há sempre margem para melhorar e, nesse sentido, voltámos a destacar a necessidade urgente de reforçarmos a aposta na área ambiental, com particular foco na reciclagem. Continuamos a enfrentar dificuldades nesta matéria e é essencial criar medidas concretas, mais ecopontos, campanhas de sensibilização eficazes e um envolvimento real da população. Quando dizemos que a consciencialização e sensibilização da população na separação do lixo deve ser reforçada, falamos de ações práticas, como informar, educar e motivar os cidadãos para que compreendam a importância da separação de resíduos para a sustentabilidade; a sustentabilidade ambiental não pode ser apenas um tema simbólico, tem que ser uma prática constante e visível no território. Esperamos que estas preocupações sejam integradas com mais ambição no futuro, uma vez que acreditamos que pode ser feito muito mais.” -----

----- **O Senhor deputado Vítor Briga Rei, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Aproveitando o que foi realçado aqui pela Senhora deputada do Partido Socialista, quero chamar à atenção para o quadro da página 79 do relatório, que refere as obras em curso, para a construção e reabilitação de edifícios, 105 fogos, cujo valor de adjudicação são 7,3 M€; quero também realçar o quadro da página 92, onde consta um resumo financeiro das operações financiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão. Podemos aqui realçar, portanto, o Norte 2020, PDCT, POSEUR, PARU, PAMU e Norte 2030. Por exemplo, a transformação digital, a reabilitação do bairro Cancela de Abreu; o rio Olo, os projetos: «verde por natureza», reabilitação da Casa da Cadeia e Cine-Teatro de Amarante. Portanto, aquilo que eu aqui venho fazer, na sequência da intervenção da senhora deputada, é realçar e agradecer à Câmara Municipal por fazer constar do relatório aquelas que são as obras que fazem a diferença na vida dos amarantinos e que não estão só no papel ou, digamos, no

digital, também estão no terreno. A Câmara Municipal tem feito bem o aproveitamento dos fundos europeus, em benefício dos amarantinos.” -----

----- **O Senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Antes de fazer aqui a minha intervenção, tenho só uma constatação a fazer e dizer que, era o que faltava, não acho que temos de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara por colocar no relatório aquilo que faz. É essa a sua obrigação e o que consubstancia o relatório, que é prestar contas e nós o analisarmos e discutirmos. Portanto, eu não agradeço, mas registo obviamente aquilo que lá está e também registo aquilo que lá não está e que devia lá estar. Sobre isso podemos falar mais à frente. Queria colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, tem a ver com os contratos locais de desenvolvimento social, que foram contratualizados, penso eu, em abril, e que agora estão em fase de elaboração do plano de ação, dentro dos eixos que já estão definidos, ou pré-definidos. Queria perguntar-lhe se, à luz daquilo que foi a transferência de competências, que permite que o Município, agora, possa ser entidade promotora e gestora - que é uma novidade, em relação às anteriores gerações do CLDS, que estamos prestes a iniciar -, vai ser produzido diretamente pelo Município ou se vai ter alguma entidade gestora como parceira, para o futuro? E, já agora, também dizer-nos qual é a previsibilidade de o plano de ação ser efetivamente implementado e qual é a entidade parceira, se assim o for o caso? A segunda constatação que eu também gostaria de trazer, vai muito de encontro a um programa que a Senhora deputada Ercília Costa referiu, o Habit’Amarante. O Senhor Presidente da Câmara Municipal também já o disse, hoje, foi um projeto falhado, um regulamento que foi aqui aprovado, que decorreu de um programa nacional - e eu, nessa altura, e todos se lembrarão, alertei que, de facto, era um programa inócuo, que não ia ter qualquer tipo de impacto na nossa sociedade e na vida das pessoas. Enfim, eu não gosto de ter razão nestas coisas, mas, de facto, o tempo veio dar-nos razão. Mas o programa Habit’Amarante, já existia, no passado, num outro programa, e no tempo do Partido Socialista, que o Senhor deputado António Araújo tanto gosta de recordar. É que nós, ao longo de muitos anos, fomos prosseguidores e produtores de alguma inovação, naquilo que era a ação e intervenção social. Era esse o nosso objetivo, o de investir nas pessoas do nosso território, não só numa perspetiva assistencialista, mas também na sua própria capacitação. E foram criados, na altura, como decorreu também dos programas que tivemos, o PROGRI, os OLDS, nas várias gerações, o programa «Escolhas». Foram criados, nos empreendimentos sociais de

São Lázaro e da Bouça do Pombal, dois espaços que tinham exatamente esse propósito, de trabalhar as pessoas, trabalhar as crianças e trabalhar as famílias; trabalhar a comunidade em si, capacitá-las, dando-lhes apoio ao estudo; promover, isso sim, o programa HabitAmarante, que na altura existia, que trabalhava as comissões de moradores. Mas deixou de existir. Em São Lázaro, o espaço chamava-se «Aprender a Ser» e na Bouça do Pombal o espaço designava-se «Interagir». Percebi, há pouco tempo, que o espaço onde funcionava o «Interagir», foi cedido, e ainda bem, à associação Automóveis Antigos de Amarante, da qual eu faço parte, enquanto associado ativo. Por isso, não tenho qualquer questão de que o espaço seja cedido à referida associação. O problema é que o mesmo foi cedido, porque se cancelou um programa e toda uma estratégia de trabalhar as pessoas. Era este o registo que queria enaltecer e que, de facto, houve uma regressão naquilo que eram as políticas sociais do Município, em que se deixou de trabalhar as pessoas; em que se deixou de apostar nas pessoas; pessoas que, *a priori*, são as mais carenciadas e tinham aqui todo um manancial de apoios que era necessário, nomeadamente, as pessoas que residem nos nossos empreendimentos de habitação social. O que é certo é que nós desmantelamos tudo o que existia e voltámos à perspetiva meramente assistencialista. A perspetiva da migalha e da caridadezinha, deixando de trabalhar as pessoas, medidas que demoraram tantos anos a construir e que tiveram equipas dedicadas, com resultados objetivos e visíveis, aos olhos de todos. O Município deixou de apostar e fez uma regressão nas políticas sociais, que era uma marca de água do Município de Amarante.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Relativamente à intervenção da Senhora deputada Ana Margarida, acho que estamos todos de acordo, é sempre possível fazer mais. Mau seria se assim não fosse e se não tivéssemos a ambição para fazer mais e melhor. Se qualquer um de nós não tiver esse intuito, acho que não está aqui a fazer nada. Devemos ter a capacidade de ver o que está a ser feito e aquilo que pode ser melhorado. A recolha de resíduos ponto-a-ponto já foi introduzida, estando já vários a funcionar, por exemplo, no Bairro Cancela de Abreu, numa Urbanização de Cepelos e está a ser estendido a mais locais, com monitorização permanente, servindo de teste-piloto. Já existe em alguns sítios e acho que está a correr bem. Quanto às observações do Senhor deputado Vítor Briga Rei, quero agradecer as suas palavras. No que respeita à intervenção do Senhor deputado Torcato Ferreira, quase me apetece dizer, se essas medidas eram todas

pioneiras, e foram, eu acho que os técnicos do Município não desaprenderam. E também acho que não foi o poder político que lhes disse para desaprenderem. Portanto, temos bons técnicos e, deixem-me dizer-lhes, não tenho qualquer problema em dizer isto, temos técnicos cujo trabalho é reconhecido por outros municípios. Às tantas, têm mais experiência e mais saber, porque o Município sempre investiu na sua formação. Por isso, parece-me que se algumas medidas deixaram de ser adotadas, não terão a ver com a decisão política, mas com outras coisas. Mas, também acho que está desatualizado, porque se continuou a investir nas medidas sociais. Por exemplo, um programa denominado «campo interativo», que tinha a ver com as escolas e tinha como pontos o Bairro da Chentuada e o Bairro Cancela de Abreu, um programa que tinha como objetivo trazer a música para as pessoas mais idosas, criando um envolvimento intergeracional. A ação continua a ser feita, podendo ter outros nomes ou formatos, mas o trabalho social não deixou de ser realizado. Em São Lázaro, por exemplo, ainda há relativamente pouco tempo, participei num lanche, que foi promovido no âmbito de um projeto de promoção do bom relacionamento, de convivência e bem-estar entre vizinhos. Portanto, o Senhor deputado Torcato Ferreira está desatualizado, mas também compreendo, porque há muito tempo que está fora do concelho, pelo menos das questões políticas. Também está desatualizado, em relação ao CLDS, que tem novas formas, como disse. E o Município de Amarante, já há muito tempo, disse que se o financiamento fosse através de uma entidade gestora, os contratos de trabalho teriam de ser sem termo, obrigatoriamente. Dando como exemplo o anterior CLDS, o Município fez parceira com a associação O Bem-Estar, que tratou do recrutamento de recursos humanos para o implementar. Na altura, contratava-se as pessoas e, no final do programa, as pessoas terminavam o vínculo laboral com a entidade. Neste novo modelo, é referido que o vínculo laboral tem de ser sem termo. Desde logo, assumimos que não seria feita parceria com qualquer instituição do concelho, porque sabemos que não têm condições para garantir este pressuposto, uma vez estamos a falar de quatro técnicos superiores, com contrato sem termo. Assumimos então que o Município seria a entidade gestora, pelo que o CLDS já está a funcionar, tendo sido recrutados os recursos humanos necessários. Quanto ao espaço cedido à associação Automóveis Antigos de Amarante, também está desatualizado, porque não foi cedido a título definitivo, só até à reabilitação da sua nova sede.”-----

----- **O Senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Senhor Presidente da Câmara Municipal, a pergunta que lhe fiz, era saber se ia ser o Município a assumir diretamente ou se tinha uma entidade gestora. Portanto, não me enganei, apenas questionei porque não sabia se era o Município. Assim sendo, será o Município que vai assumir o compromisso de abrir um procedimento concursal a tempo indeterminado, para um programa que tem a duração de três anos. É que na proposta para alteração do mapa de pessoal, da presente ordem do dia, também lá constam quatro técnicos superiores, para um programa específico, que não será o mesmo. Portanto, estamos a contratar técnicos para o quadro do Município, para programas temporários e circunstanciados no tempo. Ao contrário do que fora prometido aqui, pelo anterior Presidente da Câmara Municipal, de que iria internalizar os técnicos que estão no serviço de apoio ao atendimento social, que decorreu da transferência de competências da área de ação social. Aliás, na altura, o protocolo que aqui veio para ser discutido, para ser celebrado com várias entidades do concelho, para o Município prosseguir essas competências, o compromisso era que, a médio prazo, seriam internalizadas essas pessoas. Enfim, para um programa em que as pessoas vão fazer um trabalho que decorre do processo de transferência de competências, em que há um horizonte temporal, para o futuro, a esses não fazemos essa internalização. Aqueles que vêm fazer programas circunstanciados no tempo, aí sim, nós vamos meter logo oito técnicos para programas de três anos. Eu fico sempre contente quando se cria estabilidade aos trabalhadores e, portanto, regozijo-me com isso. Pena é que haja aqui dois pesos e duas medidas, em relação a isso. Relativamente à questão da cedência do espaço, eu sei que o espaço foi cedido temporariamente. Sei que o espaço cedido à Associação Automóveis Antigos – e com muito agrado o registo -, é temporário, mas o meu problema não é o ter sido cedido àquela Associação. Eu disse isso, desde o início, que acho muito bem, é uma associação que tem muita atividade, da qual faço parte; e faço aqui a minha declaração de interesses, eu sou associado dessa associação. O problema não está aí. O problema foi o desmantelamento das respostas sociais que existiam no território e que deixaram de existir. E, já agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa, acho que fica muito mal querer justificar a inação do Município com a questão dos técnicos e dos trabalhadores. As decisões são políticas, não são técnicas. Já agora, deixe-me dizer, também, que a maior parte dos técnicos que trabalhavam na altura, já não estão cá no Município. Os que cá estão são bons, de facto, são muito bons, pena é que não tenham políticos que os acompanhem nessa qualidade." -----

----- **O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“A última declaração que o senhor deputado fez aqui é miserável, muito francamente, não sei se é por estarmos em época de autárquicas. *É pena que não tenham políticos da mesma qualidade?! Não esperava uma declaração destas de uma pessoa como o senhor. Está a fazer um processo de intenções? Quem é o senhor para avaliar a qualidade dos políticos? Essas generalizações é que fazem com que as pessoas lá fora olhem para os políticos como olham. Isso é uma generalização inadmissível, senhor deputado. O senhor diga o que quiser, mas, eu nunca viria aqui dizer os políticos são todos, não sei quê; é pena não terem qualidade nenhuma. Isso é uma generalização inadmissível, senhor deputado. O senhor pode vir aqui dizer o que lhe apetercer, mas não faça uma coisa dessas. Está a fazer um processo de intenções para quem? Eu também sou político, o senhor também é. Então, também não temos qualidade para acompanhar os outros?” -----*

----- **O Senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu só queria fazer aqui uma última declaração, no seguimento da intervenção do Senhor deputado António Araújo. Eu não admito a si, nem a ninguém, que se dirija à minha pessoa, no seguimento de uma intervenção que eu fiz, nos termos em que o fez. O senhor não tem esse direito, nem eu lhe dei confiança para tal, nem esta casa serve para esse efeito, nem é esse o seu papel, enquanto deputado municipal, fazer esse tipo de abordagens e dizer *quem é você? E disse e deixou de dizer*. Aqui só se fazem avaliações de mérito, não se fazem avaliações de pessoas, percebe? Portanto, eu não admito que o senhor o faça comigo.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Queria começar por responder ao Senhor deputados Torcato Ferreira, que é favorável a uma eventual ideia de o Município abdicar do CLDS. Aqui a condição é recrutar técnicos, ou então impor a uma entidade que os contratasse. O que o senhor deputado disse foi que nós estamos a contratar técnicos para um período temporário e, portanto, que vamos ficar com eles, *ad aeternum*. E que temos dois pesos e duas medidas, relativamente àquelas entidades com quem protocolamos. E, permita-me, ainda bem que protocolamos, porque o senhor deputado sabe que não é possível internalizar, tinha de haver concurso público. Assim, as pessoas têm garantido o posto de trabalho, são efetivos e estão nas entidades. Se me perguntar se, a médio

prazo, vamos internalizar esse serviço, não tenho dúvidas quanto a isso, vai ter que acontecer. Agora, neste momento, os técnicos têm o posto trabalho garantido e o Município cumpre religiosamente com aquilo que foi estipulado. Acho que as entidades, neste caso, O Bem-Estar, o Centro Social de Real e o Município têm todas a ganhar com este protocolo. Portanto, nós cumprimos, os técnicos têm o seu emprego e estão a fazer um bom trabalho. Quanto ao CLDS, está a correr bem, mais uma vez. Perante esta situação, decidimos recrutar técnicos específicos, para uma medida, eu diria, que este acompanhamento devia ser permanente, também reconhecemos que o Município tem trabalho e tem projetos para os técnicos, além dos quatro anos. Mas deixe-me dizer, novamente, o CLDS é um bom programa de acompanhamento. Nas suas definições, sempre se pautou pelo acompanhamento às pessoas mais carenciadas, mais fragilizadas e a grupos sociais vulneráveis. Portanto, todas as medidas que o senhor deputado referiu, que foram feitas no passado, tiveram sempre continuidade, quer através de equipas técnicas, quer através do CLDS. Portanto, estamos aqui a dar este um sinal claro de que este trabalho há de continuar no tempo, porque, infelizmente, sabemos o tempo que demora a retirar essas pessoas carenciadas das suas dificuldades. Quanto a ter dois pesos e duas medidas, como disse, nós com este projeto decidimos claramente e não tivemos dúvida nenhuma em contratar técnicos, em ficar com eles, em assumir este projeto, com certeza que hão de fazer um bom trabalho, no futuro. Finalmente, deixe-me dizer, quanto à qualidade dos políticos, serão os eleitores a avaliar e a decidir, nas próximas eleições.” -----

-----Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

2. Sétima alteração orçamental – Segunda alteração modificativa (Revisão) aos documentos previsionais do ano de 2025 - (Registo n.º 4960/2025/06/12). -----

-----Inscreveu-se para usar da palavra: -----

-----**O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Neste ponto, o Partido Socialista vai abster-se, em coerência com a posição tomada no orçamento municipal e com os fundamentos que ali invocamos. Portanto, tratando-se de uma revisão orçamental, nós vamos abster-nos, nesta matéria.” -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou,

por maioria, aprovar a sétima alteração orçamental – segunda alteração modificativa (Revisão) aos documentos previsionais do ano de 2025, conforme deliberação da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por: 27 votos a favor, 18 abstenções, do Grupo Político Municipal do Partido Socialista, e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 45 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação deste ponto, por se encontrarem ausentes da sala, os senhores presidentes das juntas de freguesia de: Gondar, Hugo Vaz, União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, Américo Paulo Ribeiro, e União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, António Cândido Pinheiro. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 45 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação desta minuta, por se encontrarem ausentes da sala, os senhores presidentes das juntas de freguesia de: Gondar, Hugo Vaz, União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, Américo Paulo Ribeiro, e União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, António Cândido Pinheiro.-----

3. Alteração ao número máximo de unidades orgânicas flexíveis e de equipas multidisciplinares e reajustamentos ao Mapa de Pessoal de 2025 - (Registo n.º 4398/2025/06/88). -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----**O Senhor deputado Pedro Ribeiro, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“O Partido Socialista tem sido, ao longo do tempo, defensor do princípio democrático, segundo o qual, quem governa deve dispor da liberdade e da legitimidade para constituir as suas equipas, organizar os seus serviços e implementar a sua visão política. Foi precisamente com esse entendimento que, em momentos anteriores, assumimos a postura de apoio ou de abstenção responsável, relativamente a matérias desta natureza. Contudo, a proposta que aqui, hoje, discutimos, num momento particularmente sensível, que é o facto de estarmos a cerca de três meses de um novo ciclo autárquico, é do nosso entendimento que estas decisões que alteram a estrutura orgânica do Município, com impacto no funcionamento da autarquia e com efeitos a médio e longo prazo, devem ser deixadas ao próximo executivo, que assumirá a condução dos destinos do Município, nos próximos quatro anos. Que fique claro que aqui não está em causa o mérito técnico

destas alterações propostas. O que está em causa é a oportunidade política de as aplicar, neste momento específico. Aliás, na área da educação, vai haver alterações e, portanto, esperamos também que corra bem o início do próximo ano letivo. Por estas razões, reafirmando a nossa coerência e respeito pelo regular funcionamento das instituições, a bancada do Partido Socialista votará contra esta proposta." -----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----"Venho aqui falar, no seguimento da intervenção do Senhor deputado Pedro Ribeiro, que disse esperar que o início do ano letivo corra bem e sabendo que tivemos uma alteração nessa área, com a saída do dirigente da respetiva divisão responsável pela Educação, deixando o lugar vago, o que estamos aqui a propor é exatamente dar estabilidade e condições para que tudo corra bem, com a criação de duas chefias intermédias, isto é, que vão ficar abaixo desse lugar, o qual não será ocupado. Deixem-me dizer-vos, já agora, que poderíamos, de imediato, preencher o lugar, mas pensámos que há decisões que devem ser tomadas, no futuro, por quem vier a ter essa responsabilidade. Mas, numa área muito importante, tivemos de criar condições para garantir um bom início de ano letivo. Permitam-me dizer-vos também que, numa vaga da chefia da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento, foi uma técnica superior do quadro que assumiu essa função e, até ao momento, tem sido uma boa aposta. Também na Divisão de Serviços Jurídicos e Fiscalização, mais uma técnica superior que assumiu a função de chefia. Não é uma questão de acrescentar mais pessoas, mas, sim, dar confiança e valorizar os técnicos e técnicas que fazem parte do quadro de pessoal. Portanto, estas duas alterações são para criar lugares intermédios, um na área do Desporto e outro da área da Educação, por via da mobilidade interna. Esta tem sido a postura deste Executivo, que é a de confiar nos quadros existentes, acreditando no seu valor e competência."-----

-----A Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições combinadas dos artigo 25.º, n.º 1, alínea m) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 6.º, alíneas c) e e) do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, deliberou alterar a deliberação proferida a 12 de dezembro de 2020, por forma a que seja reduzido de 5 para 2 o número máximo de equipas multidisciplinares e aumentar de 20 para 23 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, mantendo tudo o demais que foi deliberado a 12 de dezembro de 2020. -- -----

-----Mais deliberou a Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 25.º n.º 1, alínea

o) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do mapa de pessoal, conforme deliberações da Câmara Municipal, de 24 de junho de 2025, proferidas nos FutureDoc n.ºs 4398/2025 e 4423/2025.-----

----- Esta deliberação foi tomada por maioria, com 27 votos a favor, 0 abstenções e 19 votos contra, do Grupo Político Municipal do Partido Socialista. Encontravam-se presentes 46 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação deste ponto, por se encontrarem ausentes da sala, os senhores presidentes das juntas de freguesia de: Gondar, Hugo Vaz, e da União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, António Cândido Pinheiro. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 46 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação desta minuta, por se encontrarem ausentes da sala, os senhores presidentes das juntas de freguesia de: Gondar, Hugo Vaz, e da União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, António Cândido Pinheiro. -----

4. Designação do Júri para os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento de cargos de direção intermédia de primeiro grau do Município de Amarante – Ano de 2025 – (Registo n.º 4346/2025/05/26).

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do Partido Socialista, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Atendendo a que o Partido Socialista vai votar favoravelmente os dois pontos que seguem, sugiro a discussão e votação conjunta dos mesmos, caso os restantes grupos políticos concordem.” -----

----- Os representantes dos restantes grupos políticos e do grupo de cidadãos eleitores “Juntos por Ansiões manifestaram a sua concordância. -----

----- Não se registaram mais inscrições para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberou aprovar a designação do seguinte Júri para os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento de cargos de direção intermédia de 1.º grau do Município de Amarante – Ano de 2025, de acordo com a deliberação da Câmara Municipal: -----

----- Presidente: Mestre Rui Manuel Moutinho Ferreira, Diretor do Departamento de Planeamento, Projeto e Gestão do Território do Município de Amarante. -----

-----Vogais: Dra. Maria do Rosário Neves Pereira Correia Machado, Diretora do Departamento da Rota do Românico e Itinerários Culturais, Associação de Municípios de Vale do Sousa; Dra. Carla Mónica Marques Teixeira Pereira Afonso, Diretora do Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração da ULSTS; -----

-----Vogais Suplentes: Dr. José Augusto Gonçalves Ferreira, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa e Financeira do Município de Fafe; Arq.º Gonçalo Nuno da Fonseca Santana, Diretor do Departamento de Obras Públicas do Município de Fafe.-----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto, por se encontrar ausente da sala, o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, António Cândido Pinheiro. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação da minuta, por se encontrar ausente da sala, o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, António Cândido Pinheiro.-----

5. Carta Municipal de Habitação do Município de Amarante – (Registo n.º 1283/2025/03/14). -----

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do artigo 22.º, n.º 2, da Lei de Bases da Habitação, aprovada pela Lei n.º 83/2019, de 03 de setembro, deliberou aprovar a Carta Municipal de Habitação do Município de Amarante, a qual integra declaração fundamentada de carência habitacional, prevista no n.º 5 do referido artigo 22.º, de acordo com a proposta da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto, por se encontrar ausente da sala, o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, António Cândido Pinheiro. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação da minuta, por se encontrar ausente da sala, o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, António Cândido Pinheiro.-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou para o

facto de os *tablets* que foram distribuídos aos membros do Grupo Político Municipal do PS, terem de ser devolvidos na sessão ordinária de setembro.-----

-----Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos.-----

-----Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 11.09.2025, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



O SEGUNDO SECRETÁRIO

